

Regional

Ministério Público exige obra em duas pontes de Guarapari

FOTOS: PRISCILLA ANDERSON

Na ação, órgão alega que situação atual das estruturas, no Centro, colocam também em risco a vida de quem passa sob as pontes

Priscilla Anderson
GUARAPARI

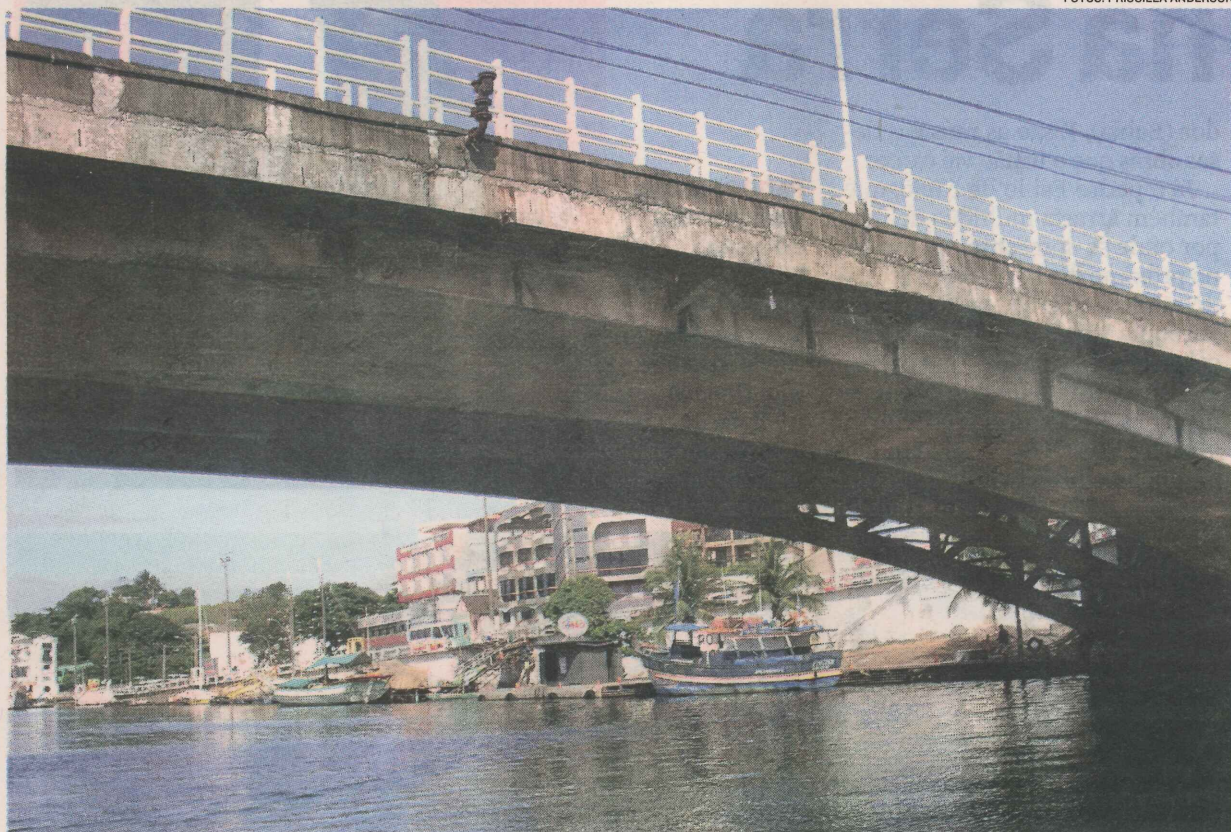
As duas pontes que ficam sobre o canal de Guarapari, no centro da cidade, estão colocando em risco a integridade física e a vida de quem passa pelo local. É o que alega o Ministério Público Estadual (MP-ES), em ação civil pública proposta através da Promotoria de Justiça de Guarapari contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

A ação se baseia em laudos de vistoria feitos pela Defesa Civil Estadual a pedido do MP-ES. O relatório chama a atenção também para o grande número de embarcações que passam sob a ponte, principalmente nas férias de verão.

A perícia sugere "medidas corretivas de manutenção, tendo em vista a possibilidade de evolução do quadro". Entre os problemas, estão a deterioração do concreto e exposição de armadura/ferragem em processo de corrosão.

As pontes fazem parte da Rodovia do Sol. A mais antiga, com problemas mais sérios na estrutura, foi construída em concreto armado na década de 1950. A segunda, de aço, foi inaugurada em 1988.

As duas pontes atuam como se fossem uma única, já que são para-



AS ESTRUTURAS das duas pontes foram avaliadas pela Defesa Civil, que apontou problemas de conservação

lelas. A de alvenaria é usada por veículos no sentido Muquiçaba-Centro. Já a de aço serve a quem vai no sentido contrário.

O MP-ES propôs a ação, exigindo as obras de restauração. Em caso de descumprimento, a multa diária é de R\$ 5 mil. A ação pede ainda implantação de redutores de velocidade, estipulando o limite de velocidade a 40 km/h.

O documento, enviado a Vara da Fazenda Pública de Guarapari no último dia 26, é assinado pelo promotor Genésio José Bragança.

Projetos em andamento

Em nota, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) informou que ainda não foi notificado oficialmente sobre a ação movida pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES).

No texto do comunicado, o DER explica que "já está desenvolvendo os projetos executivos de engenharia, visando à recuperação das duas pontes que dão acesso à sede do município. (uma em concreto e outra em estrutura metálica).

O órgão relata, ainda, que os trabalhos de elaboração já estão em fase final com estimativa de conclusão até o final de dezembro do corrente ano/início de janeiro de 2010.

Finalizada esta etapa, deverão ser adotados os procedimentos para a licitação objetivando contratar empresa para realizar as obras".

A nota termina informando que uma vistoria foi feita em março

deste ano nas duas pontes e que proibiu o acesso de veículos com mais de 15 toneladas, até que as obras sejam iniciadas.

Na ação civil pública, o MP-ES argumenta que sua preocupação é com a proximidade do verão, período em que aumentam a circulação de pessoas, veículos e embarcações em Guarapari.

"Não há outro caminho para a solução do problema apontado, senão buscar o Poder Judiciário", diz o texto da ação.

Segundo o argumento do MP, o grande fluxo de veículos no período de festividades de final de ano e o período de férias (janeiro a março) colocam em risco a vida de inúmeras pessoas, "não podendo deixar o Ministério Público, nem o Poder Judiciário que recaia sobre seus ombros a responsabilidade de justificar o porquê de não terem sido tomadas providências enérgicas e rápidas".

Suspensas construções em hotel e casa noturna

A juíza da Vara do Meio Ambiente de Guarapari, Danielle Nunes Marinho, concedeu uma liminar contra a realização de obras às margens do rio Meaípe, no município.

As intervenções vinham sendo realizadas no Violeta Meaípe Hotel (pela empresa Jailton Nascimento), e na casa noturna Multiplace Mais (pela Juiz de Fora Serviços Gerais).

Os dois empreendimentos citados estão localizados na praia de Meaípe, um dos locais mais procurados por turistas em busca de diversão e lazer em Guarapari.

De acordo com a ação impe-trada, as empresas estariam construindo em área de proteção ambiental, trazendo desequilíbrio e destruição ao meio ambiente.

No processo, a juíza deferiu uma liminar requerida em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estadual (MP-ES).

Segundo o MP-ES, desde o ano de 2005 o rio Meaípe vinha sofrendo degradações ambientais, comprovadas por laudos de especialistas, com as edificações sendo feitas em suas margens.

Conforme informações do processo, após constatados os danos ocorridos, o Ministério Público requereu a concessão da liminar.

O objetivo da iniciativa foi obrigar as empresas a demolir as edificações irregulares e, ainda, deixar de construir ou dar continuidade a eventual construção às margens e sobre o rio Meaípe.

MULTA

De acordo com a decisão judicial, a continuidade das obras acarretará para as empresas citadas multa diária no valor fixado de R\$ 5 mil.

A reportagem de A Tribuna entrou em contato por telefone com os responsáveis pelos dois empreendimentos, mas até o fechamento desta edição eles não foram localizados para falar sobre o assunto.



TRÁFEGO DE VEÍCULOS E MOTOS nas pontes, situadas na Rodovia do Sol. Promotoria pede multa diária de R\$ 5 mil para descumprimento da proposta